

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Grupo I (Direito Constitucional, Previdenciário e Ambiental)

DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DIREITO AMBIENTAL

- 1) Quais são os *princípios constitucionais sensíveis*, onde estão previstos e qual a sanção aplicável ao Estado que inobservá-los no exercício de sua competência legislativa e administrativa ?
- 2) Explique:
 - a) O postulado constitucional da reserva de jurisdição, indicando três dispositivos constitucionais;
 - b) O princípio da proporcionalidade, indicando três dispositivos constitucionais.
- 3) Em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade é possível a cumulação objetiva de arguições de inconstitucionalidade de atos normativos de entidades estatais diversas ?
- 4) Analisando a Constituição Federal responda:
 - a) A recorribilidade é uma garantia constitucional ?
 - b) No sistema brasileiro há lugar para decretos ou regulamentos autônomos sobre assunto ainda não previsto em lei ?
- 5) Emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul objetiva conceder gratuitamente, para os que perceberem até um salário mínimo, os desempregados e os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o sepultamento e os procedimentos a ele necessários, inclusive o fornecimento de “caixão” pelo concessionário de serviço funerário. Pergunta-se: A referida emenda é compatível com a Constituição da República Federativa do Brasil ?
- 6) Em tema de Seguridade e Previdência Social responda, respectivamente:
 - a) É legítima a coincidência da base de cálculo de contribuição social com a base de cálculo de imposto já existente ?
 - b) Em um regime de previdência social instituído mediante lei ordinária por um Estado, é possível a inserção do auxílio-funeral como benefício previdenciário ?
- 7) O Estado de Mato Grosso do Sul, visando a preservação da saúde e do meio ambiente, editou lei vedando a fabricação, o ingresso, a comercialização e a estocagem de amianto em seu território por se tratar de produto altamente tóxico, podendo levar à morte em determinados casos, embora utilizado na construção civil. Opine sobre a constitucionalidade do referido diploma legal, justificando e indicando os dispositivos constitucionais pertinentes.
- 8) Mediante análise da Constituição Federal responda:
 - a) As provas obtidas ilicitamente podem ser utilizadas em defesa da probidade administrativa ?
 - b) Atos emanados do Poder Judiciário são passíveis de controle por meio de ação popular ?
- 9) O Estado brasileiro, à luz do regime constitucional inaugurado com a promulgação da primeira Constituição Republicana de 1891 e mantido nas Cartas Políticas que se seguiram, é classificado como Estado laico ou confessional? Apresente três dispositivos

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

insertos na Constituição de 1988 que dêem fundamento a sua resposta e aponte, ainda, as decorrências práticas de cada um deles na atividade de assessoramento e consultoria do Estado-membro, como Procurador de Estado.

10) Considerando recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal responda:

- a) A cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição Federal, pode ser dispensada ?
- b) É cabível controle de constitucionalidade de súmula de jurisprudência ?